Página PT 13

ENCARTE ESPECIAL

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Também nos anos ímpares!

Entrevista com Valter Pomar

Também nos anos ímpares!

"Temos quer voltar a ser um partido que atua também nos anos ímpares e que sabe combinar luta social, luta ideológica e construção partidária, com disputa eleitoral, ação parlamentar e governamental"

O jornal ***Página 13*** entrevistou Valter Pomar, membro do Diretório Nacional do PT e Secretário Executivo do Foro de São Paulo. O dirigente petista faz uma análise da trajetória do partido que completou 33 anos no dia 10 de fevereiro. Fala sobre os dez anos do partido frente ao Governo Federal; e a necessidade de que o Processo de Eleições Diretas, que será realizado este ano, seja capaz de formular uma nova estratégia para o PT enfrentar a atual situação política, nacional e regional e mundial. A entrevista foi realizada em duas partes, a primeira antes e a segunda depois do Carnaval de 2013.

Página 13: O PT acaba de completar 33 anos. Qual é a diferença do PT de 1980 e de hoje?

Valter Pomar: A principal diferença é que hoje somos governo nacional e temos melhores condições para materializar nossas propostas. Mas conquistamos a presidência de República em condições muito diferentes daquelas que existiam em 1980 ou em 1989. O PT é diferente, o Brasil é diferente, a América Latina e o mundo são diferentes.

O que mudou desde fundação do PT para cá?

De maneira geral, a onda neoliberal que começou nos anos 1970 afetou negativamente o mundo do trabalho, as nações em desenvolvimento, o estado de bem estar europeu, o socialismo de tipo soviético e causou imensos estragos na cultura progressista, democrática, de esquerda em todo o mundo. Tudo isto constrange o potencial de um governo de esquerda, socialista.

Como, apesar deste contexto negativo, o PT ganhou as eleições presidenciais?

Há várias causas. O neoliberalismo chegou tardiamente no Brasil, quando já estava refluindo no resto do mundo. Em parte por isto, em parte por nossas virtudes, conseguimos impedir os tucanos de implementar o neoliberalismo até o fim: por exemplo, preservamos estatais importantes, como o Banco do Brasil e a Petrobras. O que quer dizer que a

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Adriana Miranda e Rosana Ramos **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961)
Secr. Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

correlação de forças aqui não era tão negativa quanto em outras partes. Por outro lado, apesar de também ter sido impactado, o PT conseguiu ampliar sua influência eleitoral nos anos 90, o que funcionou como um contraponto ao refluxo das lutas sociais naquele mesmo período e funcionou como um acúmulo de forças fundamental para entender a vitória de 2002. E, por fim, há um fato importantíssimo: uma parte da burguesia brasileira estava descontente com o fundamentalismo neoliberal de FHC e não fez contra Lula 2002 o que havia feito contra o Lula 1989. Essas são algumas das causas que nos levaram a vencer. A correlação de forças não impediu o PT de ganhar as eleições presidenciais de 2002, mas produziu um governo muito diferente do que faríamos, por exemplo, se tivéssemos vencido em 1989. Naquela época teríamos um governo de esquerda, já a partir de 2003 tivemos um governo de centro-esquerda.

Em que o PT avançou?

Aqui é preciso distinguir as coisas. O PT nos anos 80 era o partido da luta contra a ditadura e contra a transição conservadora, um partido de oposição, ancorado nas lutas sociais e no socialismo como objetivo. Já nos 90 nos convertemos em alternativa de governo contra o neoliberalismo. E a partir de 2003, viramos o partido do presidente da República. Assim, do ponto de vista de massa, nossos êxitos se confundem com os êxitos do governo, que de maneira muito resumida consistem em ter melhorado a vida do povo, recuperado o papel do Estado e adotado uma política de integração regional. Numa frase, estamos nos desfazendo da herança maldita do neoliberalismo. Mas o Partido não pode ser avaliado apenas pelo que fez ou deixou de fazer enquanto governo. Temos objetivos históricos que vão muito além daquilo que um governo é capaz de fazer. E, neste aspecto, o balanço é mais contraditório.

Você acha que nesses anos o PT retrocedeu?

As pesquisas, inclusive as nossas, mostram que o PT segue sendo o partido com maior apoio popular, 24%, muito à frente do segundo colocado, que é o PMDB, com 6%. Mas somos os maiores, num ambiente em que cai o número de brasileiros e brasileiras que manifestam preferência por algum partido: 61% em 1988, 44% em 2012. De maneira geral, podemos dizer que nos últimos dez anos melhoraram as condições materiais de vida do povo brasileiro, mas a subjetividade popular não acompanhou o ritmo. Por subjetividade, eu me refiro ao ambiente cultural em geral, à postura dos meios de comunicação e da indústria cultural, à qualidade da educação pública, à auto-organização social, à democratização da política e à vida interna dos partidos. No concreto: hoje no PT temos mais filiados-eleitores que filiados-militantes. E nossa vida interna, nosso debate, está longe, muito longe, da que necessitamos para governar e principalmente transformar profundamente o país.

Apesar disto, podemos falar que o PT é hoje o maior partido de esquerda da América Latina e um dos maiores do mundo?

Eu evito usar esta expressão, porque me recorda uma frase de um ministro da ditadura militar acerca da Arena. Brincadeiras a parte, o PT não é dos maiores partidos do ponto de vista numérico. Pode ser que esteja enganado, mas acho que o percentual de brasileiros filiados ao PT é inferior ao de uruguaios filiados à Frente Ampla. Aliás, o PT precisa crescer muito em número de filiados, o que exigirá garantir a existência de núcleos, de formação e de comunicação partidária. Mas voltando a tua pergunta, embora numericamente possamos não ser os maiores, ao menos proporcionalmente, do ponto de vista político o PT é visto hoje como um dos partidos mais importantes do mundo e da América Latina. Não apenas porque governamos o Brasil, com os êxitos já citados, mas também porque expressamos uma esquerda que soube resistir relativamente bem à crise do socialismo soviético e da social-democracia.

Quais os principais desafios do Partido para o próximo período?

Um dos desafios é não viver do passado glorioso, nem se conformar com o presente exitoso. Noutras palavras: o PT não pode virar um partido que tem um grande passado pela frente. Até porque, se fizermos isto, seremos derrotados pela direita, que está se renovando, se reciclando, nos atacando e experimentando caminhos para nos derrotar. Outro desafio é deixar de ser um partido de anos pares, ou seja, um partido que vive fundamentalmente em função dos processos eleitorais, dos governos, dos mandatos parlamentares e do pagamento das dívidas das campanhas anteriores. Temos quer voltar a ser um partido que atua também nos anos ímpares e que sabe combinar luta social, luta ideológica, construção e partidária, com disputa eleitoral, ação parlamentar e governamental. Foi com esta combinação de formas de luta que acumulamos forças para vencer em 2002. Um terceiro desafio é construir uma estratégia que nos permita passar para uma nova etapa, uma etapa de reformas estruturais no país. Aqui, em minha opinião, trata-se de atualizar o programa e a estratégia democrático-popular e socialista que o PT elaborou nos anos 80. Até porque, o sucesso relativo de nossa ação governamental está recolocando os dilemas estratégicos que o Brasil viveu naquela época. Evidentemente, um quarto desafio é a reeleição para a presidência em 2014, ampliar nossa presença nos governos estaduais e nos parlamentos.

Neste ano, além das comemorações dos 33 anos do PT, o partido realiza o Processo de Eleições Diretas. Qual é a importância do PED?

Depende. Se o regulamento do PED for respeitado, ou seja, se houver debate, democracia interna e, principalmente, se pararmos de importar para dentro da nossa vida interna práticas oriundas das eleições tradicionais, se tudo isto for feito, o PED pode ser muito importante para formular uma nova estratégia para o PT enfrentar a nova situação política, nacional e regional e mundial. Resumidamente: em parte por causa dos efeitos da crise, em parte porque a burguesia não gosta da combinação de salários altos e desemprego baixo, está ocorrendo uma mudança na postura do grande capital frente ao governo federal encabeçado pelo PT. Ou seja, estão deixando de existir aquelas condições excepcionais que permitiram a um governo de centro-esquerda, liderado por Lula, melhorar a vida dos pobres e garantir grandes lucros aos ricos. O PED é o momento de debater esta nova situação e de decidir que caminho seguir. Claro que haverá os que defendem que o caminho a seguir é fazer concessões ao capital, via concessões, desonerações, subsídios e flexibilizações na legislação trabalhista e social. Confio, entretanto, que a maioria do Partido vai optar por outro caminho: mais democracia, reformas estruturais, fortalecer o mundo do trabalho, reafirmar nossos compromissos socialistas.

No concreto: hoje no PT temos mais filiados-eleitores que filiados-militantes. E nossa vida interna, nosso debate, está longe, muito longe, da que necessitamos para governar e principalmente transformar profundamente o país

O que diria para o militante petista e para o simpatizante do partido nos 33 anos do PT? Qual é hoje o principal inimigo e a principal ameaça ao PT?

Se me pedem para escolher um, eu diria que o principal inimigo é o monopólio da mídia. Hoje, as grandes empresas de comunicação são o quartel-general da direita, dos conservadores. Não apenas do antipetismo, mas anti-esquerda, anti-movimentos sociais, anti-democracia. Agora, a principal ameaça que paira sobre nós é a postura conivente, complacente, tímida, recuada, com que alguns setores do PT e da esquerda em geral tratam este tema. O inimigo está na dele, está fazendo o seu papel, que é o de nos desmoralizar para nos destruir. O problema está em como atuamos frente a isto. Temos que construir os nossos meios de comunicação próprios, temos que democratizar a verba publicitária dos governos que dirigimos, temos que fazer cumprir as leis (por exemplo, parlamentares não podem ser proprietários de concessões públicas de rádio e TV) e temos que alterar a legislação que regula a comunicação social.

Mas o PT já está há dez anos no governo e, como você diz, pouco avançamos na tão sonhada democratização da comunicação. Por quê?

Na minha opinião, prevaleceu no governo uma linha incorreta, de conciliação com as grandes empresas de comunicação. O problema de fundo é o seguinte: a saúde é um direito público, a educação é um direito público, é dever do Estado garantir estes direitos, podendo o setor privado ter um papel complementar, mas sob supervisão pública. Pois bem: na comunicação deveria valer o mesmo critério. Mas na prática segue prevalecendo o contrário: a informação e a comunicação são controlados pelo setor monopolista privado, com quase nenhuma supervisão pública, mas com amplo financiamento público via propaganda governamental. Nós temos os recursos humanos e financeiros necessários para ter uma comunicação pública de imensa qualidade, assim como para ter uma comunicação privada democrática e plural; falta vontade política. E temos a obrigação de democratizar as verbas publicitárias, muito mais do que aquilo que já foi feito.

Quero insistir no assunto governo. Em 2013, o partido também comemora os 10 anos do Governo Democrático e Popular. O PT conseguiu os avanços a que se propôs enquanto governo e se manteve fiel à sua plataforma?

Não foram dez anos de governo democrático-popular. Foram dez anos de governo federal encabeçado pelo PT. Assim está, aliás, no documento que convoca o Quinto Congresso petista. Infelizmente, na hora de dar nome ao evento, acho que alguém ficou com medo de melindrar os aliados com a história de encabeçado pelo PT; e como falar de governo de centro-esquerda é meio frustrante, tacaram a expressão democrático-popular. Sei que para alguns pode parecer uma firula terminológica, mas não é: precisamos exatamente de um governo que faça reformas estruturais no país, por exemplo, a tributária e a agrária, e o nome que sempre demos a isto foi exatamente governo democrático-popular. Feita esta ressalva, a resposta a tua pergunta é: mais ou menos. A plataforma do PT não foi globalmente executada nestes dez anos de governo. Em alguns casos, porque a correlação de forças impediu; noutros casos, porque durante muitos anos prevaleceu no Partido a tese de que é melhor um mal acordo do que uma boa briga. Apesar disto, estes dez anos podem e devem ser comemorados: com todas as limitações e contradições, trilhamos o caminho da superação do neoliberalismo, melhoramos a vida do povo e incentivamos a integração regional. Historicamente, não é pouca coisa. Mas, também historicamente, não é o suficiente. A desigualdade continua brutal, a maioria do povo ainda não tem acesso ao bem-estar social, a democracia política continua refém das elites.

Você é um dos dirigentes da Articulação de Esquerda, tendência petista que este ano está comemorando 20 anos de fundação. De que forma a AE colaborou para a construção do PT e no que continua a colaborar?

Nos anos 80, a tendência hegemônica no PT era a chamada Articulação. Depois de 1989, houve um grande debate no Partido e nesta tendência, sobre como atuar no contexto da ofensiva neoliberal e da crise do socialismo. Este debate resultou, primeiro, numa guinada à direita, que se tivesse prevalecido teria transformado o PT num partido social-democrata. Num segundo momento, como reação, houve um giro à esquerda: entre 1993 e 1995, uma precária maioria de esquerda controlou o Diretório Nacional do PT. Num terceiro momento, a maioria de esquerda foi desalojada: perdemos o 10º Encontro Nacional do PT por apenas 2 votos na tese guia e 16 votos na escolha do presidente do Partido. Durante dez anos, entre 1995 e 2005, a esquerda partidária cumpriu um papel de resistência, oscilando entre 45% e 30% do Diretório Nacional. A Articulação de Esquerda vertebrou, ao lado de tendências como a Democracia Socialista e a Força Socialista, esta resistência. Certamente cometemos muitos erros, mas olhando para trás acho que cumprimos um papel importante para o PT: sem nós, sem a pressão que exercíamos, a maioria moderada do PT poderia ter levado o Partido para um caminho de desacumulação de forças. Dou como exemplos disto: a tentativa de fazer o PT participar da revisão constitucional, que poderia ter nos custado algumas estatais; a tentativa de aprovar o parlamentarismo, que inviabilizaria de fato o governo Lula; a tentativa de lançar outro candidato presidencial, que não Lula, em 1998; e as ridículas tentativas de tratar o PSDB como nosso aliado, tentativas que até recentemente causaram desastres, como em Belo Horizonte.

Qual é o principal legado da AE e desafios daqui para frente?

Acho que nosso principal legado foi o que ajudamos a fazer em 2005. Naquele ano, a direita se empenhou a fundo em destruir o PT. Aproveitou-se, para isto, de erros cometidos por setores do próprio Partido. E, frente ao ataque da direita, outros setores do Partido se acovardaram ou ficaram em tamanha defensiva que não conseguiam, nem mesmo, dizer um único motivo para acreditar, defender e votar no PT. Nós da Articulação de Esquerda, igual a outros setores do petismo, não titubeamos em defender o PT e acho que cumprimos ali um papel muito importante. Embora, é preciso dizer, o papel fundamental tenha sido cumprido pelo petista anônimo, aquela montanha de gente que não apenas foi votar no PED de 2005, mas defendeu o PT na rua.

A AE terá candidato no PED. Quem será? Qual a plataforma da corrente para o PT?

Teremos candidato, que pode ser alguém da própria Articulação de Esquerda, neste caso provavelmente eu mesmo, assim como pode ser alguém integrante de outro setor, desde que óbvio tenha identidade programática com aquilo que defendemos. Nossa plataforma estará disponível em março, no endereço www.pagina13.org.br Seu componente central é: uma nova estratégia para um novo período. Basicamente, defendemos que é preciso passar da ênfase na superação do neoliberalismo, para a ênfase nas reformas estruturais. E que para isto é preciso outro tipo de comportamento partidário: mais mobilização, mais organização de base, mais formação, mais comunicação, mais defesa do projeto socialista. Um partido também para os anos ímpares, como creio já ter dito antes.

Qual é a sua avaliação sobre a crise de 2005 e a AP 470?

A crise de 2005 tem duas facetas: por um lado, o ataque hipócrita da direita, que tentou transformar um caso de caixa 2 numa crise constitucional e no supostamente maior escândalo de corrupção na história do país; por outro lado, os erros de importantes dirigentes, que se terceirizaram parte das finanças partidárias para um criminoso tucano chamado Marcos Valério. Como a direita não conseguiu nos destruir em 2005, nem conseguiu nos derrotar em 2006 e 2010, abriu-se para eles o caminho da judicialização da política em geral, e para esta estratégia o caso de 2005 caia como uma luva. Por isto sempre afirmei que o pro-

cesso no Supremo Tribunal Federal resultaria em condenações. Curiosamente, alguns dos condenados achavam o contrário. A mesma ilusão de classe que os levou a promiscuidade com Marcos Valério, os levou a acreditar no suposto caráter técnico da corte suprema. Claro que para fazer as condenações, foi necessário criar uma nova jurisprudência. Aos inimigos, nem mesmo a lei…

O que você pensa sobre os atos que são organizados Brasil afora pelo companheiro José Dirceu?

Eu penso que ele está no direito dele se defender, até porque sua condenação foi sem provas. Mas se eu fosse ele, agiria totalmente diferente. Primeiro, pelo papel que ele jogou na construção do PT e na direção do Partido durante a primeira fase do governo Lula, acho que ele tem a obrigação de apresentar um balanço crítico e autocrítico de sua atuação. Em segundo lugar, acho que ele deveria acompanhar as deliberações do Diretório Nacional do PT acerca do assunto, que evitam cair na armadilha montada pela direita, que pretende transformar as condenações de alguns filiados em condenação de todo o Partido. Na minha opinião, Dirceu não percebe que a tarefa de defender o PT não deve ser confundida com a tarefa de defender os condenados pelo STF. Em terceiro lugar e mais importante, eu teria enfrentado este tema ainda em 2005, assumindo a responsabilidade política pelos erros cometidos. Se tivéssemos feito isto, estaríamos todos nós, ele inclusive, em melhor condição, agora.

Então você acha que estes atos não ajudam ao Partido?

Como disse, acho que o Dirceu tem o direito de se defender. E acho que os militantes que se sentem solidários a ele, podem e devem participar. Mas na minha opinião política, estes atos não ajudam o Partido, não ajudam o governo e não ajudam os condenados. O PT deve continuar denunciando os atropelos cometidos pelo STF, deve continuar prestando solidariedade aos condenados, sem que isto implique em deixar de reconhecer os graves erros que foram cometidos. Mas a defesa do PT passa pela ação do Partido em torno dos grandes temas da pauta nacional. Quem quer e precisa colocar este tema no centro da pauta é a direita, não nós.

Qual é a posição da AE a respeito da reforma agrária? Qual é a avaliação da corrente sobre a atuação do governo nesta área?

Somos totalmente a favor da reforma agrária. Tanto antes, quanto agora. Seja para combater a inflação, seja por segurança alimentar, seja para democratizar a propriedade e o poder, a reforma agrária é fundamental. O desempenho dos nossos governos, nesta área da reforma agrária estritamente falando, é medíocre. O correto seria que a reforma agrária tivesse a mesma importância e a mesma qualidade que a política agrícola, o apoio aos assentados e aos pequenos produtores.

O PT deve continuar denunciando os atropelos cometidos pelo STF, deve continuar prestando solidariedade aos condenados, sem que isto implique em deixar de reconhecer os graves erros que foram cometidos. Mas a defesa do PT passa pela ação do Partido em torno dos grandes temas da pauta nacional. Quem quer e precisa colocar este tema no centro da pauta é a direita, não nós

Financiamento público de campanha é fundamental para que?

Para que haja democracia. Hoje, a eleição é deformada pelo poder do dinheiro. Não há democracia que resista a isto. E, como a grana chama grana, o investimento das empresas na democracia gera leis e governos em favor das empresas doadoras, gerando também corrupção. A corrupção é um efeito colateral inevitável do financiamento privado empresarial das campanhas eleitorais.

Qual é a pauta prioritária para o PT no próximo período? Na sua avaliação em que devemos centrar nossas lutas?

Politicamente falando? Reforma política e democratização da comunicação. O PT tem que aproveitar este ano, aproveitar o PED, aproveitar seu Congresso, para debater com a sociedade brasileira sobre os grandes temas de nosso país, sobre o balanço de nossos governos, sobre os desafios futuros e sobre os grandes obstáculos políticos a este futuro, hoje: a influência do poder econômico nas campanhas eleitorais e a deformação informativa e comunicacional imposta pelos monopólios da mídia.

E com a classe trabalhadora qual deve ser a nossa relação?

O PT continua sendo o Partido preferido pela maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. E também somos o partido preferido da maior parte dos militantes sociais. O problema é que a pauta da mobilização social, no sentido amplo da palavra, não apenas reivindicativo, não ocupa um lugar central na agenda das direções partidárias. Ao lado deste problema, que vem dos anos 1990, há um problema novo: o surgimento de uma nova classe trabalhadora, geracionalmente e sociologicamente, isto que alguns chamam indevidamente de nova classe média. O PT precisa buscar este setor, organizá-lo, mobilizá-lo, impedir que a direita o hegemonize. Em especial a juventude, com destaque para a juventude trabalhadora, que tem que ser reconquistada pelo PT. E para isto precisamos de uma conduta muito forte, que vai desde o funcionamento e postura do PT e da Juventude Petista, passando por fortalecer nosso agir cultural, as politicas de governo etc.

E com os países da América Latina, da Europa que encontra-se em crise e EUA?

O PT tem uma política internacional bastante ativa, mas os recursos humanos e materiais disponíveis são ínfimos perante a imensidão da tarefa. Na secretaria de relações internacionais do PT temos, contando dirigentes e funcionários, sete pessoas. Quando contamos isto para os chineses ou para os franceses, eles não conseguem acreditar: seus departamentos de relações internacionais contam com mais gente. Se o PT quiser ampliar sua influência internacional, precisamos conhecer mais, elaborar mais, difundir mais o que fazemos e ter presença física mais intensa em todo o mundo. Não são tarefas difíceis em si, apenas exigem recursos, empenho e paciência para formar novos quadros. Felizmente, embora o PT estrito senso tenha pouca gente envolvida, o petismo no sentido amplo da palavra é muito presente na vida internacional, através dos nossos quadros que atuam na área, seja em movimentos sociais, ONGs, nas universidades e centros de pesquisa, governos e parlamentos. Este petismo internacionalista é fundamental para o PT e muitas vezes é o que suplementa as energias do aparato partidário.

O que é ser socialista e defender o PT?
É fazer o que fazemos. Claro que quando eu vou a algumas atividades, onde a mesa de debate é composta apenas por organizações de ultra-esquerda, uma mais radical que a outra, é difícil. Mas quando eu lembro que o Brasil real é completamente diferente da composição daquela mesa de debate, quando eu lembro que a esquerda brasileira detém apenas 30% do parlamento nacional, quando eu lembro o ódio que a burguesia, a direita e o PIG têm contra o PT, quando eu penso no papel que o PT e o governo brasileiro jogam no mundo, quando eu penso no quanto melhorou a vida do povo nesses dez anos, aí eu acho que defender o PT é uma das coisas mais fáceis e necessárias.

De maneira similar, quando vou a reuniões dominadas por gente acrítica e burocratizada, que acham que está tudo 100% bem, que tem como horizonte máximo administrar, fica difícil. Mas basta mudar de ambiente, para ver que há dezenas ou centenas de milhares de petistas que não querem apenas governar, querem transformar o país e o mundo. Que não aceitam o neoliberalismo e o capitalismo como horizontes intransponíveis. E que não entraram no PT para fazer carreira, para ter cargos, mas sim para organizar e potencializar sua militância. Nestas horas, eu continuo achando válida uma opinião que eu tinha nos anos 80, ou seja, que o petismo pode ser o socialismo adequado às condições brasileiras. A conferir, pois esta história ainda está sendo escrita.

Página 13: O Brasil conta com uma grande população de jovens. Parte importante desta juventude viveu apenas os governos do PT no país. Quais são os desafios do Partido em relação ao diálogo com as lutas destas novas gerações, em sua maioria trabalhadora?
Valter Pomar: Para responder estas questões, eu sinto necessidade de distinguir, pelo menos para fins didáticos, o que é desafio estritamente do PT, daquilo que é desafio digamos nacional, do Brasil. Como se dizia antigamente, o PT tem o desafio de conquistar os corações e mentes das novas gerações. Claro que parcelas da juventude vão se manter apolíticas, assim como outras parcelas vão adotar posições de centro-direita. Mas o PT pode conquistar a maior parte da juventude, que é filha da classe trabalhadora. Hoje, em termos relativos está ocorrendo o contrário: estamos perdendo espaço, para a direita e para a despolitização. O desafio de conquistar a juventude para o PT não é única, nem exclusivamente um desafio da juventude petista. É um desafio de todo o PT, que precisa fazer duas ações articuladas, de natureza político-cultural e ideológica. Uma ação é reafirmar nossa dimensão de movimento político-social, com presença na batalha cultural, de comunicação e educacional. Não podemos aceitar como irreversível nossa conversão em um partido tradicional, convencional, eleitoral, meramente institucional. A outra ação é reafirmar nosso compromisso com o socialismo, com o anticapitalismo, com a construção de outro mundo. As duas ações, combinadas, tornarão o PT um partido amigável para a juventude de esquerda e evitarão a proliferação desta praga que é o jovem-burocrata, o jovem-velho, que copia desde novinho as práticas dominantes na política brasileira. Isto que falei até agora diz respeito aos desafios do PT para consigo mesmo. Mas o PT tem desafios mais amplos, que dizem respeito à implantação de políticas públicas que garantam bem-estar social e futuro para a população jovem que existe no Brasil. Trata-se de ter políticas públicas que formem gerações com alto compromisso social e com alto nível educacional, técnico, tecnológico, produtivo. Lembrando que o futuro visível precisa ser de jornadas menores de trabalho e com entrada mais tardia no processo produtivo. Infelizmente, por conta do massacre de jovens das periferias, tantas vezes por obra das PMs, é preciso lembrar que entre as políticas públicas para a juventude, está a garantia do direito a vida, além das oportunidades de trabalho, estudo, cultura e lazer.

“O PT tem o desafio de conquistar os corações e mentes das novas gerações. Claro que parcelas da juventude vão se manter apolíticas ou adotar posições de centro-direita. Mas o PT pode conquistar a maior parte da juventude, que é filha da classe trabalhadora. Hoje, em termos relativos está ocorrendo o contrário: estamos perdendo espaço, para a direita e para a despolitização

Sobre juventude, no PED deste ano teremos, no mínimo, 20% de jovens e 20% de negros e/ou indígenas nas chapas. Qual a importância de se garantir este percentual?
O primeiro a reconhecer é por quais motivos fomos obrigados a estabelecer estas cotas, assim como as cotas de gênero, nos espaços de decisão. A verdade é que, se não existirem regras que garantam a pluralidade, nossos diretórios serão compostos basicamente por homens brancos de meia-idade para cima. Tem quem critique este tipo de cota, por considerar que a política vem em primeiro lugar, na hora de compor as direções, e que há o risco das cotas serem preenchidas de maneira burocrática, formal. Este risco existe, mas também é verdade que, na ausência das cotas, entre duas pessoas com as mesmas posições políticas, muitas vezes se priorizava os homens brancos de meia-idade... Portanto, vejo as cotas como positivas, sempre lembrando que elas só vão servir ao nosso projeto se houver um amplo esforço de ampliar a presença, no Partido, de indígenas, de negros, de jovens e de mulheres. E não apenas ampliar a presença, mas qualificar por meio da formação política e do exercício de atividades

dirigentes. Embora, cá entre nós, esta necessidade de qualificação também se aplique aos tais homens brancos e de meia idade.

Este ano também será o primeiro PED com a regra de paridade entre homens e mulheres. O que isto muda no processo de eleições diretas?
A aprovação da paridade é uma conquista das mulheres e sua implementação é um desafio de todos nós. É como eu disse antes, a exigência de cotas aproxima o Partido da realidade social que temos e da realidade política que queremos. Se as mulheres são em torno da metade da população, elas deveriam constituir a metade do Congresso Nacional e dos demais postos eletivos do Brasil, e do mundo, certo? E se o PT defende isto para a sociedade, nada melhor que darmos o exemplo em casa. Claro que isto criará dificuldades para algumas chapas, especialmente naquelas cidades ou estados nos quais o percentual de mulheres filiadas é relativamente baixo; e onde o machismo imperante reprime a presença mais ativa das mulheres na política. Mas isto, como diria um grande filósofo campineiro, faz parte.

A presidente Dilma sancionou a Lei de Cotas nas Universidades Públicas Federais. Qual é a sua opinião a respeito das cotas universitárias?
É a mesma opinião que tenho a respeito das cotas em geral. Sem políticas afirmativas, a desigualdade sobreviverá eternamente. Claro que as políticas afirmativas, assim como as chamadas políticas compensatórias, não podem ser para sempre, pois isto significaria que a desigualdade prossegue. Mas na situação em que estamos no Brasil, ou adotávamos cotas ou as universidades públicas federais continuariam reproduzindo a exclusão. E um projeto democrático-popular para o Brasil precisa se apoiar em uma geração universitária proveniente principalmente dos setores excluídos.

Ainda sobre educação, tramita no Congresso Medida Provisória que trata da destinação dos 100% dos royalties de petróleo para educação. Voce é favorável a isto? No que esta medida favorece e muda a educação pública?
Eu sou favorável. Em minha opinião, se não revolucionarmos a cultura, a comunicação e a educação, vamos dar com os burros nágua, como país, como esquerda e como partido. Veja, não sou adepto daquele discurso segundo o qual é a educação que muda tudo blá blá blá. O que muda é a luta política, é a consciência organizada e mobilizada. A questão é que para termos dezenas de milhões conscientes, organizados e mobilizados, é preciso mudar completamente o funcionamento da educação pública, da comunicação social e da indústria cultural. E isso exige dinheiro, investimento público maciço. Mas este investimento deve servir para implantar outro projeto pedagógico, outro projeto educacional. E, é bom lembrar, projeto educacional de massas que não envolva a cultura e a comunicação não é de massas. Claro que há setores na direita e mesmo na esquerda que não tem muito interesse em debater a questão deste ponto de vista. Taí o PNE ainda pendente de aprovação para confirmar isto que digo.

“

A sobrevivência do PT, nossa utilidade para a classe trabalhadora brasileira, depende de sermos capazes de articular a solução dos problemas do presente, com a construção de um futuro diferente. E não está garantido que consigamos fazer isto. É uma luta cotidiana contra os hábitos e costumes da política tradicional, contra a influência da direita e do grande capital, contra a acomodação e a adaptação que afeta cada um de nós

Qual é o grande diferencial do PT perante os demais partidos de esquerda no Brasil?
Bom, esta pergunta é uma pegadinha clássica, pois é óbvio que como filiado desde 1985 e como dirigente nacional do PT desde 1997, eu só posso responder coisa boa acerca do Partido. Mas antes de falar da parte boa, deixa eu insistir em algo que já disse na primeira parte desta entrevista. O PT não pode viver do seu passado glorioso, nem dos êxitos do presente. Nossa sobrevivência, nossa utilidade para a classe trabalhadora brasileira, depende de sermos capazes de articular a solução dos problemas do presente, com a construção de um futuro diferente. E não está garantido que consigamos fazer isto. É uma luta cotidiana contra os hábitos e costumes da política tradicional, contra a influência da direita e do grande capital, contra a acomodação e a adaptação que afeta cada um de nós. Isto posto, eu acho que o grande diferencial do PT está em termos conseguido construir e manter um partido de esquerda, popular, de massas, com forte raiz entre os trabalhadores e trabalhadoras. E isto é produto de opções políticas. Fizemos isto nos anos 80, radicalizando, enquanto alguns partidos de esquerda apostaram na conciliação com a transição democrática. Fizemos isto nos anos 90, quando não abrimos mão de ser, ao mesmo tempo, oposição ao neoliberalismo e alternativa de governo. E seguimos fazendo isto depois de 2003, quando não abrimos mão de ser partido e de governar. Claro que, com o passar dos anos, acumulam-se também fatores negativos. Por exemplo, se dependesse de alguns setores, o PT deixaria de existir como Partido e se tornaria apenas governo. Embora, é verdade, também haja setores muito minoritários que gostariam de ver o PT fazendo oposição a seu próprio governo. Outro exemplo: se o PT continuar dependente do financiamento privado empresarial, nossos vínculos com a classe trabalhadora podem se tornar apenas eleitorais: deixaremos de ser o Partido da classe trabalhadora e nos converteremos em partido que busca o voto dos trabalhadores, como fazem outros partidos.

Para além do financiamento público de campanha, que outras medidas devem ser tomadas para uma profunda reforma política?
Bom, se é para ser profunda, precisa ampliar o controle social sobre o Estado. Exige estabelecer o primado de uma pessoa, um voto, que hoje é amplamente desrespeitado na composição do Congresso Nacional. Exige acabar com o Senado ou pelo menos eliminar seu poder revisor e legislador sobre temas não federativos, além de reduzir mandatos para quatro anos e eliminar a figura do suplente. Uma reforma política profunda exige, ainda, formalizar mecanismos de participação popular, consulta popular e controle social sobre o Executivo, em seus três níveis. Exige, também, democratizar o judiciário, o único dos três poderes poderes que não se submete nem ao sufrágio popular nem a mecanismos de controle social. Do ponto de vista mais eleitoral, reforma política para valer implica em financiamento público exclusivo para campanhas eleitorais, criminalizar o financiamento privado empresarial, adotar o voto em lista fechada e a paridade na composição das listas, assim como o fim das coligações proporcionais. Salvo engano, acho que estas posições coincidem, ao menos em grande parte, com o que o PT já deliberou a respeito.

Em sua opinião, uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política é viável?
Não sei se é viável, mas certamente é indispensável. O atual Congresso nunca fará uma reforma política profunda, pelo simples motivo de que uma reforma deste

Devemos construir as bases de uma governabilidade social, que compense a deterioração crescente da governabilidade institucional, que na minha opinião vai se complicar crescentemente, agora e depois de 2014

tipo afeta as bases de poder de quem hoje é maioria no Congresso. Por donos, refiro-me não apenas aos parlamentares ideologicamente de centro-direita, que são maioria no Congresso, mas principalmente aos que pagam as contas das campanhas deles. Por outro lado, uma reforma política não pode ser feita por gente que logo em seguida vai disputar eleições com base nas regras que acabou de elaborar. Por isto tem que ser Constituinte exclusiva. Agora, se olharmos o tema de um ponto de vista mais amplo, podemos dizer o seguinte: a construção de um Brasil democrático-popular exige uma profunda mudança nas instituições e um bom e conhecido jeito de fazer isto é através de uma Assembléia Constituinte. Venezuela, Equador e Bolívia tiveram as suas, e mesmo no Chile de hoje já há quem fale da necessidade de uma. Agora, será viável? Aí se trata de um problema de correlação de forças, que pelo menos hoje não está pra peixe. Mas na vida e na história tem tanta coisa que parecia inviável e que se tornou viável, não é verdade?

Falando em correlação, vamos aos aliados. Dos partidos de esquerda que estão na base do governo (PCdoB, PDT e PSB), dois - o PSB e o PDT - têm se distanciado ou por vezes adotado uma postura independente. Existe risco destes dois partidos não estarem conosco em 2014?

Claro que existe. Aliás, acho que só estivemos coligados ao mesmo tempo com os três partidos citados, no primeiro turno das eleições de 1994 e 2010. Isto posto, acho que devemos trabalhar para que eles estejam conosco no primeiro ou no segundo turno de 2014. E acho que devemos construir uma aliança mais orgânica entre os partidos da esquerda brasileira, algo meio parecido com o que é a Frente Ampla do Uruguai. Mas o tempo conspira contra esta possibilidade. Voce não pode pedir ao PT que abra mão de sua hegemonia. E tampouco pode pedir aos aliados que abram mão de seu direito de buscar tornar-se hegemônicos. Por outro lado, no mundo real a burguesia opera, a direita opera, e neste momento o PSB está sendo seduzido para lançar candidatura presidencial. E há setores do PSB decididos a fazer isto. Pessoalmente, a preços de hoje, eu diria que Eduardo Campos é candidato presidencial. Se será candidato em outubro de 2014 é outra história.

Que partidos avalia que deveriam ser prioritários no nosso arco de alianças?

Na prática, estamos condenados a tentar repetir em 2014 a aliança PT-PMDB, com os demais partidos da atual base do governo. Agora, o tema é que esta aliança e este tipo de governabilidade está esgotada e tornou-se um perigo – pensem no que significa ter Temer como vice, Eduardo Alves à frente da Câmara, e, no Senado, Renam presidindo, para citar só estes três. Nossa preocupação, hoje, é tripla. Por um lado, impedir que esta aliança federal implique em concessões nas campanhas estaduais, ou seja, devemos trabalhar para ampliar a presença do PT nos governos estaduais e no Senado em 2014. Por outro lado, construir as bases de uma governabilidade social, que compense a deterioração crescente da governabilidade institucional, que na minha opinião vai se complicar crescentemente, agora e depois de 2014. E em terceiro lugar, recompor o chamado bloco democrático-popular, entre partidos, movimentos e intelectualidade. Um dos grandes erros cometidos desde 2003 foi confundir e priorizar as alianças táticas com partidos de centro-direita, frente à aliança estratégica com setores político-sociais de esquerda. Este erro, se não for corrigido, terá como consequência lógica e desastrosa abrirmos mão da cabeça de chapa na disputa presidencial de 2018.

Uma questão sobre os tucanos: recentemente o governo do Estado de São Paulo resolveu implantar a internação compulsória de maneira indiscriminada para dependentes químicos. A medida é controversa e gerou muitas críticas, o que acha?

Infelizmente, neste caso tem gente de esquerda que pensa a mesma coisa que o Alckmin. Veja, eu não sou especialista no tema, sou apenas um curioso mais ou menos informado, mas acho que a internação involuntária deve ser a exceção da exceção da exceção. Agora, o que o governo tucano está fazendo é internação compulsória, ou seja, está transformando em regra o que deveria ser uma exceção cercada de cuidados médicos e legais. Para mim, a internação compulsória tucana está mais para medida higienista, sendo totalmente ineficaz como terapia. É uma medida que não vai resolver a situação de quem é, por exemplo, dependente extremo do crack. Mas serve como instrumento de luta política, pois o tema das drogas, tanto do consumo quanto do tráfico, se presta a todo tipo de manipulação por parte de um setor da direita.

A grande imprensa repercutiu pouco a reeleição no Equador do Correa e a volta de Chavez à Venezuela, ao mesmo tempo que repercutiu muito a passagem da blogueira cubana Yoani Sánchez pelo Brasil. O que voce pode nos dizer a respeito?

A reeleição do Correa confirmou uma tese: em todos os países que a esquerda ganhou a partir de 1998, ela segue ganhando pelo voto. E os únicos casos em que fomos derrotados, foi através de golpe: Honduras e Paraguai. A volta de Chavez, para além dos aspectos humanos envolvidos, ajudará a confirmar aquela tese: com a presença do presidente venezuelano no país, será mais fácil eleger seu sucessor, Nicolás Maduro. Quanto à blogueira, eu acho ela uma fraude, para a qual não se deveria ter dar muita importância, nem muita atenção. Ela se apresenta como vítima do governo cubano, e tentou posar de vítima da suposta intolerancia da esquerda aqui e noutros países. Minha recomendação a quem acredita nesta lenda, como parece ser o caso do senador Suplicy, é pedir a blogueira que revele sua opinião acerca dos Estados Unidos e acerca do bloqueio. Uma cubana que se preze, seja ou não adepta do governo comunista, não pode silenciar sobre estes assuntos. ★